

A questão da instrução/educação. Uma leitura de *A madrugada* [1911-1918]

Maria Teresa Santos*

Resumo:

A imprensa escrita conserva discursos e registros temporalizados que criam nexos de sentido com os acontecimentos (FOUCAULT, 2004), sendo fonte indispensável para a investigação histórica da educação (NÓVOA, 2002). Adotando o pressuposto de Isabelle Havelange (2003), que muito está por investigar a respeito da educação feminina, em qualquer dos seus níveis, perspectivas e progressividade, procura-se abordar a questão da instrução/educação num periódico da responsabilidade das republicanistas feministas portuguesas, intitulado *A Madrugada* (1911-1918). O percurso de abordagem revela quer os pressupostos das editoras, como a particularidade do feminismo português, quer as inflexões tomadas, decorrentes da retração educativa do governo republicano.

Palavras-chave:

imprensa educativa; A Madrugada; feministas republicanistas portuguesas; fontes impressas.

* Licenciada em Filosofia pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Mestre e Doutora em Filosofia da Educação, pela Universidade de Évora. Professora Doutora com nomeação definitiva da Universidade de Évora e membro integrado do CIDEHUS (Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades da Universidade de Évora).

The question of instruction/education. A reading of the newspaper *A Madrugada* [1911-1918]

Maria Teresa Santos

Abstract:

The printed press retains discourses and time-records that develop links of meaning with events (FOUCAULT, 2004). In that way, it is an essential source of information for the History of Education (NÓVOA, 2002). Isabelle Havelange (2003, p. 575-584) pointed out that there are still many unresearched issues on the education of women, in any of its levels, prospects and progressiveness. This paper aims to understand the educational thought and practical measures exposed in *A Madrugada* (1911-1918), a newspaper that belonged to the Portuguese republican feminists. The approach outlines, first of all, the particularity of the Portuguese feminism and its connections to education; and secondly, the critics to both vacillations and inaction of the republican government.

Keywords:

educational press; A Madrugada; Portuguese republican feminists; historiographical sources.

Enquadramento histórico do tema, âmbito do estudo e questão

Inserida na Modernidade, a 1ª República portuguesa (1910-1926) fez ressonância da valorização da razão como elemento explicador e transformador do mundo, incentivando a ruptura com hierarquias e soberanias instaladas e sacralizadas, pautando-se pelos ideais de liberdade e igualdade, numa lógica de autonomia do sujeito no Estado democrático. Um modelo histórico que Luigi Bordin (1994, p. 158) caracterizou nestes termos:

O moderno se configura como a idade da razão forte, que constrói explicações totalizadoras do mundo e que entende o desenvolvimento histórico do pensamento como progressiva iluminação, acesso ao fundamento e autolegitimação do saber científico.

No âmbito da Modernidade, a educação foi assumida no programa republicano como tarefa prioritária para a formação dos cidadãos e socialização do conhecimento. Não só se impunha urgência como também participação conjunta de homens e mulheres. Ora, foi neste contexto de urgência e acerto da relação social que as mulheres republicanas feministas atuaram para exigir os direitos de cidadania, em particular o acesso à educação.

A comemoração do centenário da 1ª República, precisamente em 2010, justifica rever o papel das mulheres republicanas feministas na defesa da educação e reconsiderar as suas propostas. De fato, as comemorações proporcionam, no movimento temporal de revisitação do quadro de acontecimentos, tomar diferentes perspectivas de abordagem, fazer novos entrecimentos factuais e iluminar zonas de sombra. Uma das zonas de sombra da historiografia da 1ª República corresponde à intervenção das mulheres, sejam elas as republicanas, sejam elas as monárquicas¹. Uma ao lado dos vencedores e outras ao lado dos vencidos. O uso intencional da locução prepositiva “ao lado de” em vez da preposição “com” [os vencedores e os vencidos] indica

1 No âmbito do estudo sobre *A Guerra Religiosa na Primeira República*, Maria Lúcia de Brito Moura tem biografado algumas mulheres defensoras da monarquia, cuja atividade se desconhece por preconceito e tem revelado um novo filão investigativo.

que a atividade desenvolvida pelas mulheres nunca foi reconhecida em nivelamento paritário. Ilustrativa é a negação do direito ao voto na sequência da aprovação, a 13 de julho de 1913, do Código Eleitoral que estabelecia novos requisitos para os eleitores: ser do sexo masculino, ser maior de 21 anos, saber ler e escrever². Não obstante a atividade das mulheres ter sido quase desconsiderada pelos historiadores da 1ª República, como João Esteves reiteradamente adverte (1998, p. 12-13)³. De fato, nas obras de referência para o estudo deste período, não se investigou o assunto, favorecendo a tradição sexista da narrativa histórica. Por exemplo, o volume da *História de Portugal*, dedicado ao período entre 1890-1926, da responsabilidade de Rui Ramos, ignora o fenómeno feminista exatamente em emergência naquela época; *A memória de Portugal. O milénio português*, no capítulo sobre o século XX, “Um século vertiginoso”, coordenado por Manuel Braga da Cruz, perfilha o mesmo silêncio; e o *Dicionário de História do Estado Novo*, sob a direcção de Fernando Rosas e José Maria Brandão de Brito, ou a continuação do *Dicionário de História de Portugal*, organizado por António Barreto e Maria Filomena Mónica, é parco em informações sobre as feministas. Ora, a constatação desta lacuna confirma a nossa asserção inicial: que as comemorações são uma oportunidade para desconstruir as narrativas dominantes e deixar emergir outros vultos, outras vozes e outros enquadramentos.

-
- 2 O Código Eleitoral, votado pelo Primeiro Congresso Republicano, reduziu a capacidade eleitoral da população portuguesa ao decidir a favor da exclusividade masculina do chefe de família, na condição de não ser analfabeto. Esta redução contrariou o âmbito do disposto nos decretos de 14 de março e de 5 de abril de 1911, reguladores da eleição dos deputados à Assembleia Nacional Constituinte, da responsabilidade do Ministério do Interior, então presidido pelo Dr. António José de Almeida. O texto do documento não fazia referência ao sexo do chefe de família, por suposto consuetudinário. Os requisitos apenas precisavam: “São eleitores todos os portugueses maiores de 21 anos que saibam ler e escrever ou forem chefes de família. Não há outras excepções além dos inválidos, interditos ou pronunciados, não podendo votar também os portugueses por naturalização” (PORTUGAL, 1911, p. 2). A omissão permitiu que Carolina Beatriz Ângelo, médica, viúva e de quem os filhos dependiam, pedisse recenseamento, ao que o tribunal não encontrou impeditivos legais.
- 3 Exceção para *História de Portugal. Dos tempos pré-históricos aos nossos dias*, obra dirigida por João Medina e na qual se encontra um texto de Maria Regina Tavares da Silva, intitulado “História do feminismo. Os movimentos feministas em Portugal” (Lisboa: Ediclube, 2004. vol. XV, p. 283-299).

A aproximação que se pretende fazer à ação das republicanas é por via do binómio instrução/educação, convertido em bandeira desfraldada. Trata-se de um tema transversal a diversos momentos reivindicativos feministas, configurado insistentemente como a medida reformista promotora da dignidade de vida para as mulheres e propulsora do progresso civilizacional, ou da regeneração moral da humanidade. Diga-se, ainda, um tema com pregnância ética e urgência política que assentou uma evidência quantitativa escandalosa, ou seja, nos resultados dos censos demográficos de 1900⁴: para uma população estimada em 5.423.132 habitantes, registravam-se 75,1% de pessoas analfabetas. Se, no seu todo, a situação era preocupante, no caso das mulheres a situação agudizava-se, posto que ao analfabetismo se acresciam, por um lado, a ausência de direitos sociais e políticos, por outro, a dependência económica e a negatividade associada ao género. Por conseguinte, para colocar socialmente as mulheres ao lado dos homens, importava reconhecê-las politicamente com estatuto ativo e, para beneficiar-se desse estatuto, impunha-se a instrução e a educação. A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas [LRMP], fundada em 1909, deu particular atenção ao assunto, fixando o objetivo de “orientar, educar e instruir, mediante os princípios democráticos, a mulher portuguesa” (ESTEVES, 1992, p. 29). O periódico *A Madrugada*, órgão da Liga, publicado entre os anos de 1911 e 1918, assumiu a causa enunciada no objetivo estatuído. Pode ler-se no edital: “A primeira condição para que a mulher se emancipe, consiste em instruí-la e educá-la, salvando-a de si própria, do abismo da superstição em que ela se precipita a cada passo” (A MADRUGADA, 1911-1918 (ago. 1912), n. 3, p. 1, col. 1). *A Madrugada* assumiu-se como mediadora entre o parlamento e a opinião pública, divulgando o projeto de emancipação pela instrução/educação. Nenhum dos periódicos femininos deste período, excetuando *A Semeadora*, usufruía de vínculo filial tão explícito com os ideais da 1ª República. Esta ligação ideológica determinou a sua escolha como documento de trabalho.

4 Cf. *Censo da população do Reino de Portugal no 1º de dezembro de 1900*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1905. A relação entre os dados fornecidos pelos censos e o analfabetismo foi estudada por António Candeias et al. *Alfabetização e escola em Portugal nos séculos XIX e XX*. Os censos e as estatísticas. Lisboa: F. C. G., 2007.

A imprensa feminina: algumas considerações

A imprensa periódica feminina/feminista foi incluída na categoria da *petite presse*, designação depreciativa que sugere tratar-se de um género menor de uma espécie, ou seja, de uma derivação dos grandes periódicos. É certo que, do ponto de vista editorial, em termos comparativos, tais periódicos foram particularmente efêmeros, de publicação irregular, de fraca tiragem e de circulação restrita (mulheres portuguesas letradas), com poucos artigos de ressonância internacional, abuso de entradas informativas e falta de sustentabilidade financeira. Sem consequências concorrenciais negativas para os periódicos de referência nacional, mantinham-se no mercado editorial graças à carolice militante de algumas mulheres que desdobravam os seus nomes em pseudónimos, trabalhavam muitas vezes gratuitamente e financiavam sem retorno. Não obstante o esforço sem lucro, os periódicos femininos/feministas foram um importante suporte mediático de influência, uma plataforma de fixação de ideias, um espaço de crítica situacional e, sobretudo, a oportunidade de ter visibilidade e audibilidade pública. Independentemente da contaminação ideológica, conservadora ou progressista, a *petite presse* feminina/feminista, ao promover os ideais da mulher ou reivindicar o princípio jurídico de igualdade de tratamento civil, sempre atuou com dupla intencionalidade: dar voz a umas e formar outras. Daí que tais periódicos, apesar da vulnerabilidade das condições de produção e receptividade, constituem uma fonte para o estudo da história das mentalidades, das dinâmicas sociais e, o que agora interessa atender, da história da educação.

O jornal escolhido para consulta – *A Madrugada* – substituiu *A mulher e a criança. Revista quinzenal ilustrada*, “por ser demasiado dispendioso”, como justificou Maria Veleda (1950). A revista começou a ser publicada em abril de 1909 (ano em que foi criada a liga) e dirigida, numa primeira fase, por uma equipa liderada por Ana de Castro Osório, Fausta Pinto da Gama, Maria Benedita Mouzinho de Albuquerque Pinho (agosto de 1910); a que se seguiu, numa segunda fase, a equipa presidida por Ana Maria Gonçalves Dias, Lénia Loyo Pequito e Maria Veleda. Quase todos estes nomes, à exceção dos de Fausta Pinto da Gama e de Maria Benedita Mouzinho de Albuquerque Pinho, integrariam a equipa de *A Madrugada*, desempenhando funções diversas em momentos diferentes, sempre com a mesma intencionalidade

prestativa. Esta continuidade corrobora o elo ideológico entre os dois periódicos, separados por um intervalo de três meses. Aliás, muitas delas haviam colaborado, com maior ou menor regularidade e protagonismo, em jornais reputadamente republicanos que reservaram seções ou colunas para abordagem de assuntos femininos/feministas. Por exemplo, *O Mundo* (1906) tinha uma seção intitulada “Jornal da Mulher”, enquanto *Vanguarda* (1908), jornal de que Magalhães Lima era proprietário, e *República* (1908), dirigido por Artur Leitão, tinham colunas asseguradas por mulheres.

A Madrugada foi o centésimo periódico de um inventário⁵ feminino/feminista iniciado pelo *Correio das Modas*, publicado em 1807. Todavia, se atendermos ao período da 1ª República, precisamente entre 5 de outubro de 1910 e 28 de maio de 1926, data do golpe militar comandado por Gomes da Costa e José Mendes Cabeçadas e ano da introdução da censura em Portugal, foi o terceiro de uma lista de 25 registros. Para além dos aspectos formais que os distinguem, os vinte e cinco periódicos registrados variam em finalidade, o que é sempre determinante da natureza dos conteúdos e da selecção do público. Nem todos foram dirigidos por mulheres, nem todos foram trincheiras republicanas e nem todos foram feministas. Divergem, por exemplo, *A Vida Elegante* (1915) e *Revista Feminina* (1926). Mas, apesar da divergência ideológica e estratégica, apesar da permeabilidade temática, sinalizam convergentemente dois desafios e duas conquistas do início do século XX: a visibilidade pública das mulheres e a outorga dos direitos civis.

A Madrugada, veículo de debate, reivindicação e intervenção, foi editado por um grupo que, assumido como feminista, apoiava o regime republicano antes e depois da sua implantação. Mas se o jornal, por um lado, expressa a esperança inerente à ressignificação da presença do ser humano e à construção do sentido do mundo moderno, também foi, por outro lado, o espelho das desilusões políticas e da tomada de consciência do diferencial entre os ideais

5 O inventário começado por Ivone Leal vai até ao ano de 1926, tendo sido complementado por Maria Teresa Salvador até 1975. Encontra-se em *A Madrugada* um artigo de Luís de Almeida Nogueira, intitulado “A imprensa feminina em Portugal” (NOGUEIRA, 1913, n. 27, p. 1, col. 4), que menciona alguns dos conhecidos periódicos anteriores a *A Madrugada*, incluindo revistas de literatura e educação. Note-se que a situação da imprensa feminina/feminista portuguesa (condições de edição, recepção e de produção) não difere da espanhola nem da brasileira, tão-só para falar de dois países de proximidade, seja pela língua, seja pela fronteira.

e a realidade, entre as promessas e o concretizado. A deceptividade levou republicanistas feministas a criticar a operacionalidade organizacional do regime, os pressupostos da sua sustentabilidade ideológica e a efetividade do progresso social, económico e cultural do país. Estes aspectos, somados ao fato de ser o órgão oficial de uma liga, fazem de *A Madrugada* um exemplar, quer da intencionalidade pedagógica dum grupo republicano, quer da força da retórica feminina.

Apresentação gráfica e editorial do periódico

O nome completo do periódico é *A Madrugada. Folha Mensal*. O título é sempre o cartão de apresentação duma publicação: designa, individualiza e valoriza o produto. Neste caso é, como deve ser, conciso e memorizável, sugestivo e coerente com a ideologia subjacente. Interpreta-se analogicamente: o nascer do dia remete para o nascer de uma nova realidade racionalmente iluminada, portanto justa para com as mulheres. A ideia de vitalidade inaugural está na base da motivação semântica da imagem “madrugada”. O subtítulo funciona como adjunção e indica a periodicidade⁶.

6 Não era fácil editar. A lei vigente da imprensa, fixada no decreto de 28 de outubro de 1910, criava dificuldades em lançar um periódico no meio editorial, por causa da previsão de minuciosas disposições burocráticas, a começar pelo registro do título (art. 3º), passando pelo perfil do editor (art. 4º) e a distribuição obrigatória, sob pena de penalização monetária (art. 8º). Tomando como pressuposto que a avaliação de qualquer obra textual exige ter em consideração a materialidade do seu suporte (CHARTIER, 2007), acrescenta-se que *A Madrugada* se apresenta com 4 páginas de dimensão comum (51 cm), sem tipos de letras exuberantes a marcar os títulos e evitando os subtítulos, dispondo os textos por quatro colunas alinhadas e minimamente intervaladas. Esta disposição, ajustada aos padrões gráficos da época, orienta e concentra o olhar do leitor. As poucas imagens existentes (linótipos) e a seção da publicidade não se destacam pelo impacto visual. De fato, quer a debilidade da situação financeira de Portugal, agravada pela emergência da I Guerra Mundial (1914-1918), quer o amadorismo das oficinas tipográficas, não permitia à Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, proprietária do periódico, apostar nos recursos gráficos para atrair leitores. Mas a sobriedade visual do suporte impresso e a efemeridade do papel contrastam com a intensidade da causa, convertendo o periódico num suporte de referência ética da igualdade, liberdade e solidariedade, definindo ideologicamente a sua função editorial no contexto da Modernidade.

O primeiro número foi publicado a 30 de setembro de 1911. Tratou-se de um ano recheado de acontecimentos significativos. Em nível internacional, de registrar a comemoração do primeiro Dia Internacional da Mulher, calendarizada a 19 de março. Em Portugal, de assinalar o seguinte: a Constituição de 1911 (PORTUGAL, 1991), que afirmou a igualdade face à lei, n. 2 do art. 3º, enquadramento legal que garantia às mulheres a possibilidade de trabalhar na função pública⁷; a publicação do decreto de 29 de março que reformou o ensino primário e infantil em regime coeducativo, declarando no preâmbulo às disposições a intenção de instaurar uma “religião do dever” fundada nos “preceitos que regulam a justiça entre os homens e a dignidade dos cidadãos”⁸; a fundação da Associação de Propaganda Feminista, a 12 de maio, com o propósito de defender os direitos das mulheres e reivindicar o sufrágio feminino; a participação da médica Carolina Beatriz Ângelo na votação da primeira eleição para a Assembleia Constituinte, realizada a 28 de maio; a nomeação de Carolina Michaëlis de Vasconcelos como professora ordinária da cadeira de Filologia Germânica da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (PORTUGAL, 1991). Enfim, o fornecimento de legislação e o enquadramento de novas situações geraram e generalizaram um ambiente de esperança, dando abertura à reconfiguração do futuro social.

A Madrugada saiu regularmente até ao n. 33, no último dia de cada mês. Depois começou a espaçar dois meses, três meses e a saltar muitos meses. A partir do n. 49 (1/2/1916), passou a ser publicado no primeiro dia de cada mês. Terminou a 1º de agosto de 1918, n. 56, no ano em que a liga também encerrou. Dos nove anos de existência da liga, o jornal acompanhou-a

7 No seu Título II (Dos direitos e garantias individuais) e ao longo dos trinta e oito números do art. 3º, a Constituição de 1911 (PORTUGAL, 1991) ratificava um conjunto de valores jurídicos favoráveis à melhoria das condições de vida das mulheres: a liberdade (n. 1), salvaguardava o texto que “ninguém pode ser obrigado a fazer ou a deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei”; a igualdade civil (n. 2) resumida no princípio “a lei é igual para todos”; o direito de propriedade (n. 25) e o direito de resistência à anulação das garantias legais e individuais (n. 37).

8 A 1ª República, perpassada de anticlericalismo, integrou várias reivindicações populares, orientou-se pelos princípios da gratuidade e obrigatoriedade do ensino aos dois sexos e concentrou a sua atenção no combate do analfabetismo, medidas tomadas como símbolo da atividade republicana (NÓVOA, 1987, p. 535). Apesar do falhanço das medidas (PINTASSILGO, 1998), a taxa de analfabetismo diminuiu um pouco, passando de 75,1%, em 1911, para 67,8%, em 1930.

em sete, num percurso marcado pelas crescentes dificuldades económicas impostas pela I Guerra Mundial. O espaçamento cada vez mais dilatado em periodicidade frustrou as expectativas manifestadas no editorial do primeiro número, no qual se escreveu que se pretendia tornar o periódico acessível a todas as bolsas e publicá-lo “mais tarde, duas ou quatro vezes por semana” (A MADRUGADA, 1911-1918 (set. 1911), n. 1, p. 1, col. 1). Esta contrariedade vem comprovar ser difícil manter a periodicidade de um jornal ou revista, por múltiplas razões: crise económica, carência noticiosa, desentendimento relacional, constrangimento ideológico.

O periódico tinha quatro páginas retangulares de tamanho facilmente manuseável (34 cm de largura por 40 ou 43 cm de comprimento). A primeira página era bipartida pelo cabeçalho e corpo de texto, uma estrutura comum na época e que se manteria inalterável. As restantes páginas variavam de configuração de número para número em função da extensão e do tipo de textos. A publicidade ocupava inteiramente a última página dos primeiros números, rareando progressivamente, até desaparecer completamente a partir do número 42. A publicidade foi uma estratégia usada para sustentar economicamente o jornal, complementada pela assinatura com o envio à cobrança, o que permitia a obtenção de dinheiro adiantado. Mas o grande subsídio provinha diretamente da liga. O contínuo desinvestimento publicitário em propaganda comercial e a substituição desta por anúncios de obituários, casamentos e resultados de exames escolares coincidiram com os anos da I Grande Guerra e pode ter sido um fator determinante para a sua irregularidade e até mesmo para o seu desaparecimento. Com a declaração da guerra a Portugal, por parte da Alemanha, a 9 de março de 1916, e com a publicação do decreto n. 2270 (PORTUGAL, 1916a), atendendo à conjuntura do momento decorrente da guerra e em nome da defesa dos interesses nacionais e da imperiosa necessidade de manter a ordem pública, todas as publicações foram submetidas à censura. Nesse mesmo ano, seguiu-se a lei n. 495 (PORTUGAL, 1916d) que reforçou a situação, declarando que, enquanto durasse o estado de guerra, ficariam sujeitos à censura preventiva os periódicos e outros impressos, escritos ou desenhos de qualquer modo publicados. A censura intensificou-se à medida

que sucediam diplomas legais⁹, até a revogação declarada no Diário do Governo (DIÁRIO..., 1917). Leia-se:

“A Junta Revolucionária, em nome da Nação, decreta: Artigo 1º Ficam revogadas as medidas tomadas pelo Governo transacto contra a livre publicação de jornais, e anulada a ordem de expulsão do território da República contra qualquer jornalista (...)”.

Todavia a “revolta dos abastecimentos”, de maio desse ano, agravou a situação da imprensa. Com a I Grande Guerra em curso, a importação de combustíveis e de matérias-primas, de que dependia bastante a indústria nacional, era escassa e inflacionada, o que se refletia gravemente no quotidiano e em vários setores, provocando situações de inatividade produtiva e conflitualidade social. Um dos produtos em falta foi o papel – “questão do papel” –, de que resultou, por arrastamento, uma crise na imprensa. Só em janeiro de 1918, o governo se reuniu com os representantes dos jornais de Lisboa, Porto e Coimbra, mas muitos jornais já não conseguiram resistir (BRANDÃO, 1991, p. 172). Desse ano data o fim da publicação de *A Madrugada*.

Retome-se o ponto anterior. Para além de aspectos materiais, como o tipo de papel, também foram tidos em conta os elementos de valorização, como o formato, os jogos tipográficos e as imagens, os aspectos gráfico e decorativo. O cabeçalho era simples, formando uma caixa retangular centrada pelo sol a raiar no horizonte. Num relance rápido, destaca-se uma mulher sentada, usando túnica e toga à maneira romana, e rodeada por três crianças. A mulher ergue uma quarta criança para colher o fruto duma árvore envolvida por uma tarja em que está escrita a palavra “Liberdade”, vínculo da ideologia liberal do jornal. A caixa está ladeada por duas folhas de palmeiras, símbolos de promessa de realização e sucesso, e ostenta embaixo e em todo o comprimento o título *A Madrugada*. A informação editorial está fora do retângulo, separada do corpo do texto por linhas. Numa apreciação geral,

9 Veja-se a sucessão de diplomas legais, elucidativa de dificuldades económicas e de pressões: decreto n. 2308 (PORTUGAL, 1916b), decreto n. 2538 (PORTUGAL, 1916c), decreto n. 3283 (PORTUGAL, 1917a), lei n. 815 (PORTUGAL, 1917f), decreto n. 3353 (PORTUGAL, 1917b), decreto n. 3470 (PORTUGAL, 1917c), decreto n. 3534 (PORTUGAL, 1917d), decreto n. 3544 (PORTUGAL, 1917e).

não se pode dizer que prime pela qualidade gráfica, embora a composição decorativa seja eloquente dos objetivos.

A organização editorial variava de número para número e os textos (artigos, verbetes e informações) não eram regularmente distribuídos por seções, apesar de num ou noutro exemplar se encontrarem separadores e algumas rubricas de seguimento. A falta de um esquema editorial fixo conduzia, tomando agora o ponto de vista de quem lê, a uma leitura fragmentada e sem referências. De fato, cabe ao seccionamento e à inclusão de rubricas de seguimento a criação de uma atmosfera de expectativa e fidelização dos leitores, motivando a compra. Todavia *A Madrugada* investiu, sobretudo, na interpelação direta, na polémica do momento, na reivindicação e na denúncia, mostrando-se como jornal de vanguarda aliado à causa educativa.

Do n. 1 ao n. 42 (30/9/1915), foram responsáveis pela edição Maria Veleda (dir.), Luís d'Almeida (sec.) e Ana Maria Gonçalves (adm.). Seguiram-se Ana Castilho (dir.), Maria Veleda e Filipa de Oliveira (sec. e adm.), Antónia Bermudes (ed.). Do n. 49 (1/12/1916) até ao último (n. 56, 1/8/1918) a diretora foi substituída, mantendo-se os outros elementos nas mesmas funções. Estas mulheres, que integraram o movimento feminista internacional sem seguirem o radicalismo das inglesas¹⁰, buscaram a amplitude dos horizontes nacionais e mostraram à nação que não estavam isoladas na exigência da aplicação dos direitos universais de cidadania. Mesmo assim, a firmeza na

10 O feminismo moderado foi defendido por Ana de Castro Osório. Para corroborar, transcrevemos a passagem de um seu discurso – “A propaganda feminista” –, lido na sessão de 12 de maio de 1912 na Associação de Propaganda Feminista e transcrito no jornal *A Mulher Portuguesa* (OSÓRIO, 1912), segundo Regina Tavares da Silva que o reproduziu parcialmente. Eis o que consideramos pertinente: “Mas a nossa luta não é, por agora, a campanha frondista das ruas e dos comícios. Não! Deixemos a outras esse papel glorioso e ruidoso, que é necessário também, e caminhemos nós, sem nos hostilizarmos mutuamente, porque todas as propagandas femininas são úteis, se convergirem para o fim em que pusemos o nosso ideal de garantir, à mulher portuguesa, um futuro que a República nos tornou possível e próximo” (OSÓRIO, 1912 apud SILVA, 1992, p. 23). Note-se que outra é a interpretação dos antifeministas. Fazenda Júnior considera-as inferiores devido à debilidade do caráter e, a propósito do episódio da prisão das sufragistas inglesas, escreveu: “Mas em Portugal dificilmente sucederá o mesmo. A mulher, no nosso país, não tem a resistência moral nem a abnegação das mulheres inglesas. Em Portugal, à primeira condenação, tudo debandaria como bando de aves aterrorizadas pela pontaria de um caçador” (JÚNIOR, 1912, p. 2, col. 3).

inclinação ideológica e a persistência militante irritaram muitos homens e muitas mulheres, estas numa manifesta discordância quanto ao sentido e âmbito do feminismo. Brito Camacho alfinetava-as com adjetivos fortes nos artigos de “A Lucta”, tal como Machado Santos as ridicularizava em *O Intransigente*, ou Stuart Carvalhais as caricaturizava humoristicamente na revista *A sátira* (CARVALHAIS, 1911, p. 3). Por sua vez, as feministas retorquiam, citando as invectivas que lhes eram dirigidas, “estafermos que andam por aí a fazer política e a intitular-se intelectuais” (CARVALHAIS, 1912), ou os comentários que as aconselhavam a dedicarem-se “a coser as peúgas do marido e dos filhos” (CARVALHAIS, 1913, p. 3, col. 1). Esta animação da imprensa periódica com um folhetim do tipo “guerra dos sexos” reflete a recepção do periódico por parte de um público particularmente crítico.

A questão da instrução/educação ou a especificidade do feminismo português

A referência ao feminismo português decorre da sua específica associação à questão da instrução/educação das mulheres. Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1902) havia correlacionado e escrito, no início do século XX, que a questão feminista portuguesa era uma “simples questão de instrução”. A indiferença ou desconfiança para com o feminismo eram determinadas por fatores vários, como o analfabetismo, a tradição secular de inferioridade cultural, a ignorância enraizada em dogmas e os estereótipos literários veiculadores da feminina passividade lusa, que, conjuntamente, limitavam a vida das mulheres portuguesas e comprometiam a educação das gerações futuras. E Carolina Michaëlis de Vasconcelos (1902, p. 1), tendo compreendido a etiologia do problema, prescrevia:

O caminho está pois nitidamente traçado: fundar escolas, libertar as futuras gerações femininas da ignorância, e da superstição, de preconceitos mesquinhos e de prevenções dogmaticamente inculcadas, pregar-lhes o evangelho do trabalho.

Neste sentido, a instrução/educação era entendida duplamente como a condição de emergência da consciência feminista e como a ação prioritária

emergente do feminismo. Em suma, a particularidade do feminismo português republicano reside na sua dependência da instrução/educação das mulheres.

É possível que a afirmação do traço distintivo do feminismo português, por parte de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, tenha influenciado Maria Veleda e Ana de Castro Osório, vinte anos mais novas. Possibilidade antevista no primeiro editorial de *A Madrugada*, em que se enunciou o ideal orientador da intervenção jornalística: “Libertar a mulher pela instrução e pela educação, tem sido e continuará sendo o ideal da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas, e será o norte do seu novo órgão” (A MADRUGADA, 1911-1918, n. 1, p. 1, col. 1). De seguida fixou-se a ordem das prioridades editoriais, subscrevendo a mesma intencionalidade:

Não descuraremos a questão sufragista; mas subordiná-la-emos à propaganda mais necessária e mais urgente que nos serve de ponto de partida, convencidas como estamos de que o inimigo da emancipação feminina é o espírito de reaccionarismo que avassala a mulher e representa um sério óbice nas conquistas dos seus direitos. Emancipada a mulher da tutela jesuítica e convenientemente instruída e educada, nada se oporá a que ela seja uma cidadã livre dentro d’uma pátria livre (A MADRUGADA, 1911-1918, n. 1, p. 1, col. 1).

Numa tentativa de aclimatização do feminismo a Portugal, Ana de Castro Osório definiu-lhe as linhas de concertação reivindicativa numa carta publicada em *A Madrugada* (OSÓRIO, 1912): independência económica, outorga de direitos civis e políticos, concretização da instrução/educação. Também Júnior Fazenda, ao defender o modelo da educação racionalista moderna, pautada pela aprendizagem de “profundas noções de moralidade, perfeita intuição do sentimento, da responsabilidade e do dever”, observava que só tal modelo serve o feminismo, pois “não logrará o seu completo e tão almejado triunfo enquanto o homem não for superiormente educado” (JÚNIOR, 1913, p. 3, col. 2).

O feminismo português reivindicava a prioridade da instrução/educação como condição da emergência e afirmação nacional da consciência feminista. Por razões conjunturais esta prioridade programática esvaneceu-se no quadro da ação política dos republicanos, contrariando as promessas feitas e instaurando uma rutura com consequências políticas. É natural que ao entusiasmo expectante tenha sucedido a deceptividade. Que fazer? Apostar na mobilização compensatória, quer dizer, abrir escolas ou espaços para dar

aulas, em regime diurno e noturno, a crianças, adolescentes e adultas. Disso dará conta o periódico, dentro do mínimo noticioso.

Ao longo dos números publicados *A Madrugada* reflete estes diferentes andamentos emocionais e dá conta dos percursos da mobilização. A leitura do periódico torna-se indispensável. Sem considerar pormenores analíticos, procura-se elencar as rubricas cujo título e/ou conteúdo remetam para a questão da instrução/educação e comprovar a transição do entusiasmo expectante para a deceptividade decorrente da inoperância governamental e, daqui, para o investimento num outro tipo de mobilização. Num primeiro momento, apresenta-se o primeiro número e, no seguinte, os demais.

A secundarização da questão da instrução/educação

A instrução pública e a educação das mulheres constituíram tópicos reivindicativos em *A madrugada*, designadamente o combate ao analfabetismo e à falta de conhecimentos, aos quais se agregava a proteção das crianças, das mulheres e da família. Tais tópicos integravam o ideário republicano que pugnava por uma educação esclarecedora das consciências, “condição indispensável ao advento de uma sociedade mais livre, mais justa e mais humana” (FERNANDES, 1973, p. 23) e era o alicerce para a “criação e a consolidação de uma nova maneira de ser português” (CARVALHO, 1986, p. 651). *A Madrugada* funcionava como caixa de ressonância desse ideário, exponenciando a educação feminina¹¹, pelo menos assim foi declarado no editorial inaugural, como já se referiu. Nesse espaço, assumiu-se e reproduziu-se, com alguma ingenuidade ideológica, um pressuposto educativo republicano que teria consequências negativas para as mulheres e que assentava na generalização abusiva de que todas elas eram maioritariamente reacionárias. Foram este pressuposto e esta generalização que, sob formulação silogística válida, serviram

11 Alguns dados podem ajudar a configurar a situação do nível de instrução da população portuguesa feminina neste período e compreender a urgência colocada: numa população (1910) de 6 milhões de habitantes (ROCHA, 1984, p. 261), segundo o Anuário Estatístico de Portugal (PORTUGAL, 1911a), havia 75,1% de analfabetos (1911) e, da população feminina em idade escolar – 586.417 (1910) –, apenas 103.559 (1910) se registraram nas escolas primárias e 924 (1910) nos liceus.

a António José de Almeida para defender sem hesitações a imaturidade política das mulheres portuguesas que “não estavam ainda devidamente preparadas para se imiscuírem nos destinos da Nação” (ESTEVES, 1998). Sem instrução/educação, elas constituíam uma força reacionária perigosa, daí a prudência em recomendar a negação do direito ao voto. Tratava-se, supostamente, de prudência para salvaguardar a República e não propriamente de anulação do princípio sufragista declarado pela República. No editorial, não se anteviu a contradição performativa camuflada na retórica prudencial e, quando foi detectada, o periódico inverteu a prioridade declarada e as editoras passaram a dar destaque, quase em exclusividade, à reivindicação do sufrágio feminino. Tomaram consciência de que concordar com as razões que desencadeavam a urgência da intervenção educativa equivalia a concordar com o adiamento da participação das mulheres nas urnas. Paradoxalmente, a dupla concordância era contraditória. Por conseguinte, ao contrário do anunciado no editorial, o sufrágismo iria ser o tema dominante e o mais pertinente para a mudança de mentalidades. E havia razões concretas. O primeiro número do jornal saiu a 31 de agosto e as primeiras eleições legislativas haviam-se realizado quase três meses antes, precisamente a 28 de maio. Nelas, apenas participara Carolina Beatriz Ângelo, desencadeando grande polémica. Logo o assunto mantinha-se e iria manter-se ainda quente.

A reconfiguração reivindicativa do periódico não rejeitou inteiramente a abordagem e o tratamento de questões educativas, tendo seguido muito perto os acontecimentos. Secundarizou-o. O tema da instrução/educação esteve sempre presente, mas sem esforço de sistematização de ideias ou fatos, predominando as entradas em avulso e as pequenas informações. O primeiro número é exemplo da desarticulação entre o editorial, colocado no limiar, no qual se anunciam e explicitam as linhas de rumo, e as rubricas que o encorpam e servem de bússola para a leitura. Basta ver como o elenco das rubricas é diminuto em matéria pedagógica:

- “O cabo dos tormentos” (SERRANA, 1911, p. 1, cols. 2-3), assinado por Serrana. A expressão que serve de título é uma metáfora à dificuldade de conceder o voto às mulheres. A concessão deve ser entendida como uma “questão moral” decisiva na aplicação da “justiça elementar”.
- “Os direitos da mulher na república portuguesa” (OS DIREITOS..., 1911, p. 1, cols. 2-3), sem autor, aliás, diga-se já, a maioria dos textos não são assinados. Apenas uma frase reitera a prioridade do

objetivo de *A Madrugada*: ocupar-se “principalmente do ensino laico e da educação cívica, defendendo também as reivindicações feministas”.

- Ecos do estrangeiro, em que se mostra que o periódico estava aberto às notícias do exterior, buscando novos horizontes e modelos de importação. Aqui se informa sobre o protesto geral e a recolha de assinaturas a favor da anulação da condenação à morte de uma mulher que, no Canadá, assassinara o marido que a obrigara a prostituir-se. Esta rubrica exemplifica o propósito de intervenção na vida concreta.
- “Desigualdade entre os sexos” (SERPA, 1911, p. 2, cols. 2-3), assinado por M. de P. B. Serpa. Apelo à luta pela distribuição da boa justiça e recurso ao argumento da utilidade da educação das mulheres para o progresso social: “Se queremos homens progressivos eduquemos bem a mulher”.
- Publicidade, que ocupa toda a página 4. Entre os anúncios, destacam-se dois sobre a procura de trabalho por parte de duas professoras, uma para ensino de piano e outra para instrução primária, música e labores.

Se, no primeiro número de um periódico, o editorial se define como metatexto, ou seja, como a estrutura que anuncia o projeto editorial na sua integridade, e se as rubricas revelam a coesão e coerência com o objetivo do projeto e servem de referência para a organização dos próximos números, então, o que se acabou de descrever deixa antever o que viria a ser publicado. Quer dizer, o investimento jornalístico seria reduzido em relação à questão da instrução/educação, que passaria de urgente a moderada, cedendo-se à pressão do momento – o sufrágismo –, para estrategicamente aproveitar o momento para fazer pressão. Sem dúvida, esse era o assunto da ordem do dia. Qual a razão desta desaceleração analítica? Tratou-se de uma marginalização do ideário pedagógico? Tratou-se de uma desconfiguração da agenda político-social das republicanistas? Pode-se ver o problema de outra perspectiva: tanto a questão da instrução/educação quanto a questão do sufrágismo enquadraram-se na temática da emancipação. Logo, importava atender à conjuntura do momento e aproveitá-la para uma abertura emancipatória. Neste sentido positivo e apesar da inflexão dos interesses, *A Madrugada* manteve-se fiel ao horizonte feminista da emancipação. Num sentido negativo e atendendo

à particularidade do feminismo português, a escassez da matéria pedagógica sintomatizava um desinvestimento perigoso, ou seja, denegador da condição de afirmação do feminismo. Certo é que as republicanas feministas tentavam reagir à situação paradoxal da política nacional: se o republicanismo reunia as condições para cumprir as promessas de modernidade – igualdade e liberdade –, o próprio republicanismo afastava-se cada vez mais do cumprimento de tais promessas. O que afigurara ser uma política de atração revelou ser uma política de traição que comprometia a dignidade da República. Como enfrentar então a deceptividade? Que elementos pode dar *A Madrugada* para a constituição da resposta?

Importa retomar a proposta de levantamento de todas as entradas que se encontram no periódico a respeito da questão da instrução/educação para assegurar algumas ideias. São considerados três grupos de rubricas relativos a tópicos sobre educação formal, informal, cívica e moral, se bem que as fronteiras não sejam rígidas. Os assuntos registrados são reveladores de legítimas ambições e francas preocupações, expressas numa linguagem com as marcas discursivas da época e ideias chegadas de países faróis, como eram a Inglaterra, a França, a Alemanha e os Estados Unidos. Neste sentido, tem pertinência a inclusão da rubrica “Ecos do Estrangeiro” que, reputada como secundária na ordem axiológica da informação jornalística, comprova a apropriação noticiosa e mostra que as mulheres portuguesas estavam a par do circuito internacional de ideias e práticas educativas. Apesar de lhes faltar total intensidade argumentativa, estas pequenas notícias não se podem desprezar face à escassez de matéria substantiva, em parte, resultante da secundarização da questão instrução/educação na ordem das prioridades reformistas.

O percurso temático da questão instrução/educação

As preocupações e ambições das republicanas feministas têm em consideração o alto índice de analfabetismo, a falta de escolas, os obstáculos à coeducação, as dificuldades na prossecução de estudos, a dependência económica da mulher e a impreparação para cuidar da família e da casa. *A Madrugada* aborda estes temas no âmbito da sua missão libertadora e civilizadora e no momento em que reconhece a impotência operativa dos políticos republicanos a respeito do

sistema educativo. Todavia, a decepção que seguiu o entusiasmo expectante motivou a mobilização concretizadora, como se pode verificar nos anúncios sobre a abertura de escolas ou espaços afins.

Em termos de arranjo dos tópicos, seguiu-se a ordem estabelecida no quadro. Distribuiu-se cronologicamente a informação por tema, valorizando a datação das abordagens e procurando criar alguma densidade substantiva. O primeiro a ser apresentado é a educação universitária, dado ser apresentado como direito de igual valor ao sufrágio.

Educação universitária

Declara-se que o movimento feminista é “uma das mais belas e importantes reivindicações sociais, movimento de emancipação e intensa cultura”, matriz que dá sentido ao direito ao sufrágio político das mulheres e ao direito à vida universitária, permitindo “que a mulher possa tornar-se apta a exercer a sua actividade em todos os domínios do pensamento e em todas as profissões”. (REIVINDICAÇÕES..., 1911, p. 1, cols. 2-3). Em outros números, são várias as notícias sobre a inscrição de alunas em cursos superiores ou sobre a correlativa obtenção de diplomas ou, ainda, sobre a atribuição de graus a professoras universitárias.

Instrução secundária

Este tema gera o texto mais extenso sobre matéria educativa. No artigo “O caso Liceu Maria Pia”, encontra-se uma ideia recorrente: “A ignorância da mulher representa pois o maior óbice que se opõe à conquista dos nossos direitos” (O CASO..., 1912, p. 1, col. 1). Crítica expressa ao fracasso reformador dos republicanos:

[...] nós ingenuamente acreditamos que os governos da República viriam preencher a lamentável lacuna que todos notavam na educação feminina em Portugal. [...] e tudo esperávamos da República, do trabalho de evolução que ela nos prometia, convencidas de que, numa época relativamente próxima, as mulheres portuguesas teriam atingido um grau de cultura bastante desenvolvido (O CASO..., 1912, p. 1, col. 1).

No alinhamento de ideias, reproduz-se, de memória, um pequeno diálogo tido com Ana de Castro Osório: “Desengane-se, cara amiga! Os republicanos

hã-de falsear o seu programa como os políticos de todos os tempos” (A MADRUGADA, 1911-1918 (1912), p. 1, col. 1). E, reforçando a lucidez do balanço, acrescenta-se: “Em dois anos de governo da República, pouco ou nada se tem feito a favor da educação da mulher” (A MADRUGADA, 1911- 1918 (1912), p. 1, col. 1). Segue-se a denúncia de situação considerada imprópria: “Um liceu exclusivamente frequentado por meninas, ser o corpo docente quase exclusivamente constituído por homens!” (A MADRUGADA, 1911-1918 (1912), p. 1, col. 2). Situação que intranquilizava os pais e justificava a recusa na instrução liceal das filhas. Também não se poupa à crítica o ministro do interior, com a pasta da Instrução, por publicar uma portaria (3 de setembro) exigindo o pagamento de propinas a alunas de liceu. Solicita-se a isenção de pagamento, abrindo uma exceção em relação aos liceus masculinos, pois estava subjacente a desigualdade das medidas protecionistas: “Se entre nós houvesse igualdade de direitos para os dois sexos entre nós diríamos que o Sr. Dr. Duarte Leite tinha procedido com acerto, porque onde há igualdade de direitos, deve haver igualdade de deveres” (A MADRUGADA, 1911-1918 (1912), p. 1, col. 2). Com a imposição de propinas, e no contexto da crise económica vivida, advertia-se para o risco das famílias deixarem de investir na educação das raparigas. Perguntava-se em que medida a receita proveniente das propinas do único liceu feminino beneficiava o orçamento geral do Estado: “Oito ou dezoito réis a mais nos seus cofres? Mal vai ao país que regateia semelhante ninharia ao desenvolvimento da instrução!” (A MADRUGADA, 1911-1918 (1912), p. 1, col. 2).

A educação infantil

Sobre o assunto de destacar o texto “Escola infantil”, assinado por M. de P. Bastos Serpa. Encontram-se referências a Pestalozzi e Froëbel. Sugere-se quer a tradução do método de Froëbel para guia pedagógico de professores e mães curiosas, quer, em alternativa, a tradução de livros da especialidade. Reflexão sobre a relação entre educação infantil e regeneração moral:

Com a escola infantil, tal qual deve ser montada, com a sua cantina para os mais pobres, teremos resolvido o complicadíssimo problema de preservar e moralizar as gerações futuras desde o primeiro passo na vida, que outra coisa não é arrancar aos perigos e vícios da rua todos os inocentes e incautos pequeninos desamparados pelas mães que passam a vida fora de casa para angariar-lhes o pão (SERPA, 1912, p. 2, col. 1).

O resgate da humanidade é a intencionalidade subjacente.

Coeducação

“A coeducação e o preconceito” é o artigo mais significativo, registrando duas ideias sobre a diferenciação da educação em função do gênero. Uma, é enunciada como fórmula: “Enquanto o homem se cria para a máxima liberdade, a mulher educa-se para a máxima repressão”. A outra ideia afirma a vantagem da coeducação para superação do artificialismo:

Com as meninas, porém o caso é muito diferente. À menina ensina-se uma compostura de maneiras que a tornam, ainda de fatos curtos, em desgraçosos arremedo de receosa endomingadas, com seus cabelos penteados em saca-rolhas de trapicalhos, revelando a absoluta ausência de critérios e do bom gosto materno (A CO-EDUCAÇÃO..., 1912, p. 1, col. 1).

Em contraexemplo e por ideia feita a partir da experiência própria, o que lhe dá legitimidade, mas não lhe garante validade, afirma-se que os rapazes são mais ingênuos: “Em 20 anos de professorado, eu tenho visto que o problema sexual deixa os rapazitos indiferentes, ao passo que, nas meninas, lhes enche o cérebro de sonhos e de perturbações” (A CO-EDUCAÇÃO..., 1912, p. 1, col. 1). Perante a natural ingenuidade dos rapazes e a perfídia instalada das raparigas, recomenda-se a terapia moral da coeducação, pois “longe de desmoralizar as raparigas, contribui para que a sua inocência seja a mais segura válvula de segurança da sua castidade” (A CO-EDUCAÇÃO..., 1912, p. 1, col. 1). Conselho para adequação da educação às tendências da sociedade:

Deixem-se as mães de falsos e anacrônicos preconceitos. O tempo do gineceu acabou. As nossas filhas devem receber uma educação que as habilite a acompanhar o homem na ascensão para uma sociedade baseada num ideal de justiça e altruísmo (A CO-EDUCAÇÃO..., 1912, p. 1, cols. 2-3).

A educação da mulher

Tratando-se de um tema geral, salienta-se, pelo inusitado da proposta, a defesa da educação das criadas, assunto melindroso e de difícil solução. Faz-se a comparação com a condição das criadas na Alemanha: “Nós nunca vimos em Lisboa num eléctrico uma só criada que fosse a ler um livro, ainda mesmo que se tratasse do mais inútil e banal dos romances” (CRIADAS..., 1914, p. 3, col. 3; p. 4, col. 1). As criadas deveriam ter uma formação que as distinguisse pelas qualidades morais e pela eficiência e eficácia no exercício de funções domésticas.

Defesa do antitabagismo e antialcoolismo

Pequenas notícias sobre a promoção de uma petição a favor da criação de uma lei proibitiva da venda de tabaco e bebidas alcoólicas a menores e, posteriormente, sobre a publicação da lei.

Denúncia do abuso sexual de menores

Este assunto levou as republicanas feministas, com a militância que as caracteriza, a apresentar uma carta aos deputados da assembleia para revogar a lei que admite fiança para os crimes de estupro cometidos sobre menores.

Denúncia da escravatura branca

A denúncia da prostituição, designada por “Escravatura branca” deu origem a vários protestos e a uma campanha. Por um lado, recusava-se a legislação da prostituição defendida pelo governo republicano, o que denotava indiferença pelo destino das mulheres sem recursos, e, por outro lado, sugeria-se uma educação orientada para o trabalho, o que colocaria a mulher em condições de ganhar honestamente a vida (A PROSTITUIÇÃO, 1912, p. 3, col. 2).

Abertura de instituições de ensino

Pontuam os anúncios sobre a abertura de colégios para o sexo feminino, em regime de internato, semi-internato e externato, tal como se publicita o funcionamento de aulas gratuitas para jovens e adultas analfabetas, em horário

pós-laboral, ou de aulas livres e noturnas dedicadas à confecção variada, desde chapéus a peças de vestuário. Neste contexto filantrópico, merece referência a criação da Escola de Solidariedade Feminina, fundada pela liga e dirigida por Maria Veleda, em Lisboa. No seu programa, declarava visar à felicidade da mulher portuguesa por meio da instrução: “Educar a mulher é contribuir para a redenção da pátria” (A MADRUGADA, 1911-1918 (jan. 1914), n. 30, p. 4).

Oferta/procura de trabalho docente

Muitos dos anúncios sobre oferta/procura de professoras reproduzem-se de número para número e levantam a questão da desproteção econômica das mulheres.

Diversos

Esta seção é, como o nome indica, uma miscelânea. Tanto elogia o esforço republicano a favor da escolarização, pois república e analfabetismo são termos reciprocamente excludentes (O ALFABETISMO..., 1911, p. 3, col. 3), como protesta pela discriminação salarial das serventes das escolas primárias “cujas obrigações são exatamente iguais às dos seus colegas do sexo masculino”, mas que recebiam apenas metade dos 12.000 réis pagos aos homens (FLAGRANTE..., 1913, p. 2, col. 2), ou como, no último número do periódico, felicita a aprovação da menina Eugénia Belo Gomes no exame do 1º grau (DIVERSOS, 1918).

O percurso temático de seis anos de publicação permite obter uma visão de conjunto sobre informação educativa. É muito díspare a qualidade e o investimento das entradas, bem como é irregular a estratégia de disseminação da informação, que tem correspondência com acontecimentos epocais e relação com as forças em conflito. As entradas mais substantivas pretendiam ensinar à nova República como deveria operar a respeito da educação feminina, de acordo com o ideário da Modernidade que prometia a formação individual e a transformação coletiva redentora. Defender a educação feminina era promover a educabilidade geral: aprender a viver em dignidade e autonomia numa sociedade em progresso. O conjunto de entradas evidenciou as possibilidades e os limites discursivos das republicanistas feministas sobre a educação, num momento político de prioridade ético-educativa.

Considerações finais

Reserva-se este espaço final a três considerações sugeridas pela leitura de *A Madrugada* e que, de algum modo, já foram mencionadas.

Não obstante os cinquenta e seis números do periódico fornecerem pouca matéria reflexiva sobre a questão educação/instrução, tal não invalida tomá-lo como fonte de estudo. Aliás, tem-se manifestado um ressurgido interesse por jornais e revistas. Não se trata de um interesse revivalista, mas de um interesse crítico que justifica duplamente a sua legitimidade: por um lado, na recuperação de ideias ou compreensão da sua recepção e ressonância; por outro, na perspectivação histórica dos acontecimentos. Mesmo que as coleções de periódicos estejam incompletas ou delidas, fornecendo dados intermitentes, são *locus* discursivos do dizível (FOUCAULT, 2004) social, político, econômico e cultural, mediante a apropriação de ideias e com vista à sua difusão. Por exemplo, seria interessante, através da leitura dos periódicos femininos/feministas, tecer a rede teórica das ideias educativas que determinaram a elaboração do discurso pedagógico e o posicionamento reivindicativo das feministas.

Não obstante o periódico se desviar do rumo da intencionalidade anunciada no editorial do primeiro número – instrumento de reivindicação e de veiculação da educação feminina –, é justo que seja apreciado como fonte primária para a história da educação. Claro que esta apreciação tem de ser justificada pela contextualização. Lembre-se que, entre o primeiro ano de proclamação da República – 1911 – e o final da I Guerra Europeia – 1918 –, na qual Portugal participou, mediaram sete anos de presença de *A Madrugada*. Com recursos econômicos cada vez mais escassos, com um amadorismo intrépido que o desformata do ponto de vista noticioso e com divisões a estalarem dentro da liga, o periódico não avançou além do sidonismo, estabelecido em 1918, nem enfrentou as suas aspirações ditatoriais. No entanto, é nele que se dá a conhecer o que se fazia em Portugal para suprir a insuficiência concretizadora do Estado (jardins de infância, escolas primárias, obras de assistência social, etc.), e é nele que se alargam os horizontes com notícias significativas provenientes do estrangeiro, encorajando as mulheres. Tanto defendia a educação universitária para as raparigas, quanto a educação das criadas; a proteção de menores mediante a fundação de lactários e jardins de infância, quanto a proteção de jovens sem suporte econômico e alvos fáceis

das redes de prostituição; a formação moral e doméstica, quanto a instrução profissional, garantia de reforço do orçamento familiar ou de autonomia pessoal. Atendendo à diversidade de situações, condições e estatutos, *A Madrugada* considerou a educação feminina no seu todo, afirmando um grupo e uma tendência ideológica ou, se se preferir, afirmando-se como *maître à penser* para a formação da consciência feminista portuguesa. Trata-se de um periódico de vanguarda, lançado num movimento de regeneração social e de endoutrinação civil e política. O seu valor simbólico é grande.

Não obstante as condições de produção, é inegável a presença do periódico no espaço editorial português, mesmo que seja parca, irregular e assistemática. Também é inegável o seu contributo para a composição do complexo *puzzle* da História da Educação, mesmo que predominem as pequenas peças informativas e as notificações publicitárias. Neste âmbito, são três as ideias que sobressaem de *A Madrugada*. Uma, que a questão da instrução/educação é um assunto de paixão (expressão de um conhecido político português da atualidade). De fato, tratou-se de um *pathos*, gerador de sofrimento e reflexo do mal-estar nacional. Mas, como qualquer paixão, logo se esmoreceu e se marginalizou. Um destino fatal colado a Portugal. Outra ideia, que a especificidade do feminismo português assenta na resolução da questão da instrução/educação das mulheres. Como não foi resolvida a questão, logo, como se viu, o feminismo ficou em situação retardada. A terceira ideia confirma que uma parte da atividade educativa pública em Portugal, a partir do século XIX, se deve à intervenção de grupos civis, por mobilização filantrópica ou por pressão ideológica. Também as republicanas feministas portuguesas, perante a inação política e o vazio do discurso legitimador, assumiram ajudar as mulheres a escapar à miséria, indignidade e subalternidade, por via da formação moral, cívica e profissional. Mesmo com os condicionalismos sinalizados, persistir na questão da instrução/educação foi uma louvável obstinação das republicanas feministas no combate à resistência do evidente: a igualdade de oportunidades.

Em suma, o discurso jornalístico das republicanas feministas, plasmado no conjunto de entradas registradas em *A Madrugada*, criticou quer a ausência de políticas educativas progressistas, quer a permanência de práticas educativas conservadoras, por um lado, e, por outro, reproduziu e reforçou conceitos de interação educativa – igualdade, autonomia, moralidade – que, em seu entender, dariam sustentabilidade à lógica política dum Portugal desejadamente moderno.

Referências

- BORDIN, L. Razão pós-moderna. In: HÜHNE, L. (Org.). *Razões*. Rio de Janeiro: Uapê, 1994. p. 157-75.
- BRANDÃO, F. *A 1ª República Portuguesa: Uma cronologia*. Lisboa: Livros Horizonte, 1991.
- CHARTIER, R. *Inscrever e apagar: Cultura escrita e literatura (séculos XV-XVIII)*. São Paulo: UNESP, 2007.
- CARVALHO, R. *História do ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.
- ESTEVES, J. *A Liga Republicana das Mulheres Portuguesas: Uma organização política e feminista (1909-1919)*. Lisboa: CIDM, 1992.
- _____. *As origens do sufrágio português: A primeira organização sufragista portuguesa: a Associação de Propaganda Feminista (1911-1918)*. Lisboa: Editorial Bizâncio, 1998.
- FERNANDES, R. *Situação da educação em Portugal*. Lisboa: Moraes Editores, 1973.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- HAVELANGE, I. Des livres pour les demoiselles. XVII-1ère moitié du XIX siècle. In: BROUARD-ARENDS, I. (Eds.). *Lectrices d'Ancien Régime*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2003. p. 575-584.
- NOGUEIRA, L. A. A imprensa feminina em Portugal. *A Madrugada*, Lisboa, n. 27, p. 1, out. 1913.
- NÓVOA, A. (Ed.). *Le temps des professeurs: Analyse socio-historique de la profession enseignante au Portugal, XVIIIe-XXe siècles*. Lisboa: Instituto de Inovação Educacional, 1987.
- _____. A imprensa de educação e ensino: concepções e organização do repertório português. In: CATANI, D. B.; BASTOS, M. H. C. *Educação em Revista: a imprensa periódica e a história da educação*. São Paulo: Escrituras, 2002. p. 11-31.
- PINTASSILGO, J. *República e formação de cidadãos: A educação cívica nas escolas primárias da Primeira República Portuguesa*. Lisboa: Colibri, 1998.

ROCHA, F. *Fins e objetivos do sistema escolar português: I. Período de 1820 a 1826*. Porto: Paisagem Editora, 1984.

SILVA, M. R. T. *Feminismo em Portugal na voz de mulheres escritoras do início do séc. XX*. Lisboa: CIDM, 1992.

VASCONCELOS, C. M. O movimento feminista em Portugal. *O Primeiro de Janeiro*, Lisboa, n. 11-14, 16, 18, p. 1, set. 1902.

VELEDA, M. *Memórias de Maria Veleda*. Lisboa: República, 1950.

Fontes

A CO-EDUCAÇÃO e o preconceito. *A Madrugada*, Lisboa, 31 mar. 1912. Folha Mensal, n. 8, p. 1.

A MADRUGADA. Lisboa: LRMP, 1911-1918. Folha Mensal. Direção de Maria Veleda.

A PROSTITUIÇÃO. *A Madrugada*, Lisboa, 31 ago. 1912. Folha Mensal, n. 13, p. 3.

CARVALHAIS, S. Feminismo. *A sátira*, Lisboa, n. 16, p. 3, 30 nov. 1912.

CARVALHAIS, S. Feminismo. *A sátira*, Lisboa, n. 22, p. 3, 31 maio 1913.

CARVALHAIS, S. Feminismo. *A sátira*, Lisboa, n. 3, p. 3, 01 maio 1911.

CRIADAS e amor. *A Madrugada*, Lisboa, 30 jun. 1914. Folha Mensal, n. 34, p. 3-4.

DIÁRIO DO GOVERNO. Lisboa: [s.n.], 09 dez. 1917. Série 1, n. 214.

DIVERSOS. *A Madrugada*, Lisboa, 01 ago. 1918. Folha Mensal, n. 56, p. 3.

FLAGRANTE injustiça. *A Madrugada*, Lisboa, 29 fev. 1913. Folha Mensal, n. 19, p. 2.

JÚNIOR, F. A missão do professor. *A Madrugada*, Lisboa, 30 ago. 1913. Folha Mensal, n. 25, p. 3.

JÚNIOR, F. Igualdade de direitos. *A Mulher Portuguesa*, Lisboa, n. 11, p. 2, 03 jun. 1912.

O ALFABETISMO e a República. *A Madrugada*, Lisboa, 30 nov. 1911. Folha Mensal, n. 4, p. 3.

O CASO Liceu Maria Pia. *A Madrugada*, Lisboa, 30 set. 1912. Folha Mensal, n. 14, p. 1.

OS DIREITOS da mulher na república portuguesa. *A Madrugada*, Lisboa, 31 ago. Folha Mensal, n. 1, p. 1-2. 1911.

OSÓRIO, A. C. A propaganda feminista. *A Mulher Portuguesa*, Lisboa, n. 2, p. 1, jul. 1912.

PORTUGAL. *Anuário Estatístico de Portugal*. Lisboa: Ministério das Finanças, Direcção-Geral de Estatística, 1911a. v. 2.

_____. *Lei Eleitoral, nº 60, de 15 de março de 1911*. Lisboa: Biblioteca d' Educação Nacional, 1911b.

_____. *Constituição Política da República Portuguesa promulgada por decreto de 21 de Agosto de 1911*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1991.

_____. Decreto nº 2270, de 02 de março de 1916. *Diário do Governo*, Lisboa, mar. 1916a. Série 1, n. 47.

_____. Decreto nº 2308, de 31 de março de 1916. *Diário do Governo*, Lisboa, mar. 1916b. Série 1, n. 62.

_____. Decreto nº 2538, de 31 de julho de 1916. *Diário do Governo*, Lisboa, jun. 1916c. Série 1, n. 151.

_____. Decreto nº 3283, de 08 de agosto de 1917. *Diário do Governo*, Lisboa, ago. 1917a. Série 1, n. 131.

_____. Decreto nº 3353, de 08 de setembro de 1917. *Diário do Governo*, Lisboa, set. 1917b. Série 1, n. 154.

_____. Decreto nº 3470, de 19 de outubro de 1917. *Diário do Governo*, Lisboa, out. 1917c. Série 1, n. 180.

_____. Decreto nº 3534, de 10 de novembro de 1917. *Diário do Governo*, Lisboa, nov. 1917d. Série 1, n. 195.

_____. Decreto nº 3544, de 13 de novembro de 1917. *Diário do Governo*, Lisboa, nov. 1917e. Série 1, n. 197.

_____. Lei nº 495, de 28 de março de 1916. *Diário do Governo*, Lisboa, mar. 1916d. Série 1, n. 59.

_____. Lei nº 815, de 06 de setembro de 1917. *Diário do Governo*, Lisboa, set. 1917f. Série 1, n. 152.

REIVINDICAÇÕES sociais. *A Madrugada*, Lisboa, 31 out. 1911. Folha Mensal, n. 3, p. 1.

SERPA, M. P. B. Desigualdade entre os sexos. *A Madrugada*, Lisboa, 31 ago. 1911. Folha Mensal, n. 1, p. 2.

SERPA, M. P. B. Escola infantil. *A Madrugada*, Lisboa, 30 nov. 1912. Folha Mensal, n. 16, p. 1.

SERRANA. O cabo dos tormentos. *A Madrugada*, Lisboa, 31 ago. 1911. Folha Mensal, n. 1, p. 1.

Endereço para correspondência:

Maria Teresa Santos

Universidade de Évora

Departamento de Filosofia

Apartado 94

Évora - Portugal

7002-554

E-mail: msantos@uevora.pt

Recebido em: 9 maio 2012

Aprovado em: 25 out. 2012